

DE VOZES E SUSSUROS: A CASA, *MENSAGEM* E A RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL

ON VOICES AND WHISPERS: THE HOUSE, *MENSAGEM* AND THE ANTI-COLONIAL RESISTANCE

Daniel Conte¹
Marinês Andrea Kunz²
Jéssica Schmitz³

RESUMO: O artigo evidencia a importância da Casa dos Estudantes do Império, de Lisboa, a qual, nos anos 40 do século XX possibilitou a reunião de estudantes oriundos das colônias portuguesas. Naquele espaço, a partir da literatura, publicada no Boletim *Mensagem*, organizou-se uma série de movimentos culturais e literários que, mais tarde, sistematizaram-se nos movimentos de luta anticolonial. Vale-se de estudos de Manuel Ferreira, Claudia Castelo, Laura Padilha, Jane Tutikian, Rita Chaves e Tânia Macêdo.

Palavras-chave: Casa do Estudante do Império. Boletim *Mensagem*. Resistência anticolonial.

Introdução

Pensar o período da colonização portuguesa em terras africanas faz-nos refletir sobre as máculas deixadas por quase cinco séculos de aculturação, ditadura e totalitarismo. A forma pela qual os países lusófonos conquistaram suas independências acentua ainda mais o fato de que o período se caracterizou pela extrema banalização do sujeito negro africano, que teve de lutar por aquilo que, de fato, lhe pertencia. A maioria dos líderes das lutas pela libertação, iniciadas no começo da década de 1960, há muito não vivia em sua terra de origem, tendo cruzado as fronteiras e o Atlântico para estudar na metrópole, décadas antes. A contingência histórica fez com que esses jovens tivessem papel de destaque na organização social portuguesa e na africana, devido à sua forma de pensar o período vivido e devido à articulação discursiva travada em Portugal.

Foi, contudo, a partir da criação, por iniciativa do governo salazarista, de uma casa para estudantes vindos das colônias, a Casa dos Estudantes do Império – CEI, que a História começa a ser revisitada. A literatura, por sua vez, teve, nesse contexto, papel significativo. Os estudantes foram, aos poucos, desenvolvendo, com base em análises da conjuntura histórica, um sentimento nacional totalmente avesso aos interesses do salazarismo. Na Casa, a partir de seus movimentos artístico-culturais, os estudantes

¹ Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana (UFRGS). Professor do Curso de Letras, do Mestrado Profissional em Letras e do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Feevale

² Doutora em Letras e Linguística (PUCRS). Coordenadora do Mestrado Profissional em Letras e professora do PPG em Processos e Manifestações Culturais da Feevale.

³ Mestranda no PPG em Processos e Manifestações Culturais da Feevale.

passaram a discutir os problemas das colônias e a revoltar-se contra o sistema colonial, que se apresentava cada vez mais perverso e violento. A literatura constitui, portanto, fator de ressignificação da própria condição de sujeito submetido a uma rede imagética retroalimentada pela discriminação, humilhação, violência e segregação. Se, por um lado, havia a necessidade de mudança, por outro, existia a repreensão, de modo que essa elite cultural africana erguida em Portugal encontrava subsídios na literatura para redizer a pressão sofrida, assim como para trazer à discussão ideias que redimensionavam o próprio imaginário. No início da repensagem colonial, as atividades naquele espaço eram organizadas de forma sigilosa, para que fosse possível ler, escrever e refletir sobre ações concretas contra o sistema colonial.

Nessa ordem, esta investigação justifica-se pela necessidade de evidenciar como a produção literária originada desse período tornou-se uma ferramenta de denúncia, visto que os moradores da Casa do Estudante do Império criam um boletim que veiculava textos destinados à sociedade, tendo como principal conteúdo críticas e a deflagração da resistência contra a extemporaneidade do colonialismo do governo de Salazar e de sua política. É importante destacar, ainda, que, até aquele momento, por volta dos anos 50 do século passado, a literatura africana escrita em língua portuguesa servia como uma ferramenta de resistência intelectual. Foi justamente através dessa literatura que se desenvolveu um sentimento nacional, a valorização do africano e o resgate de uma identidade esboroada pela empresa colonial.

Este artigo vale-se da leitura e da análise dos textos publicados em uma edição especial do Boletim *Mensagem*, organizado pela Associação Casa dos Estudantes do Império e, como base teórico-crítica, apoia-se em Manuel Ferreira, Claudia Castelo, Laura Padilha, Jane Tutikian, Rita Chaves e Tânia Macêdo. O objetivo é, pois, evidenciar qual foi, de fato, o papel da CEI junto à sociedade da África colonizada por Portugal, uma vez, desde aquele espaço, a literatura criou força e passou a servir de auxílio para uma nova geração que se formava e, além disso, a dar voz àqueles que estiveram sempre à margem da oficialidade histórica.

1 A Casa dos Estudantes do Império: literatura, denúncia e resistência

Se Thomas Morus, nos primeiros anos do século XVI, aventou possibilidades de reestruturação dos espaços, invertendo a funcionalidade do urbano em sua *Utopia*; se Ionesco, em diáspora romena, acabou ancorando em Paris para dar vazão ao *absurdo* de

sua condição histórica, negando o assujeitamento imagético ao qual era submetido, Eduardo Galeano foi categórico, séculos depois de Morus e décadas após Ionesco, ao dizer que a utopia era o mote da caminhada do sujeito social, resistente às opressões imagéticas.

Pautar-se como elemento de uma organização imagética é, em primeira instância, não ficar à mercê da sociedade e de seus arranjos simbólicos excludentes e opressores. É esse sentimento do permanente caminhar, de eterna luta contra regimes totalitários e ditatoriais, que levou a neófito intelectualidade africana, cansada das injúrias e dos latigaços da história colonial, a buscar sua utopia justamente como idealizou Morus, ressignificando espaços, séculos antes; como se pôs em diáspora Ionesco e como metaforizou Galeano. Essa intelectualidade acreditou em um futuro diverso e lutou por isso. Há quem diga que esse fazer onírico não tenha alcançado êxito. No entanto, embora não tenha logrado pôr em prática tudo o que foi almejado e mesmo que haja significativa dependência econômica, hoje as ex-colônias portuguesas na África configuram-se livres e independentes.

Para toda caminhada, existe um começo. Na Casa dos Estudantes do Império - CEI, foram dados os primeiros passos, e o sonho de uma nova realidade começou a ganhar força. A Segunda Guerra Mundial estava perto de seu término, e a criação de um Estado Novo, por Salazar, o então chefe de Estado, era necessária, para que, assim, novas políticas fossem criadas e o governo, solidificado. Com a ascensão resistente das colônias e a vinda de jovens africanos à metrópole, Salazar viu, nesses atores, a oportunidade para cooptar aliados políticos, visto que, na CEI, reuniam-se estudantes de medicina, engenharia, direito, que formariam, mais à frente, a nova elite intelectual e política de seus países.

Em um primeiro momento, como aparelhos ideológicos, foram criadas a Casa de Angola e a Casa de Moçambique e Guiné, em que os estudantes africanos eram separados por nacionalidades. Contudo, para que essa juventude pudesse reunir-se e integrar-se, além de facilitar o controle do governo, foi organizado um único espaço. Assim, a CEI surgiu oficialmente na Avenida Duque D'Ávila, nº 23, em Lisboa, no ano de 1944, com o intuito de abrigar a totalidade dos estudantes vindos das colônias portuguesas de além-mar. O governo imediatamente tomou partido e estreitou relações com esses jovens, apoiando e financiando as atividades da Instituição. A CEI foi ainda, um

espaço mais amplo na história da cultura, de um lugar de valorização intelectual e aperfeiçoamento do gosto, de recuperação de valores culturais e conhecimento da natureza humana, de estímulo a uma nova sociabilidade e formação de mentalidades, afinal uma escola para além da escola. (FARIA, 1997, p. 11)

No início de suas atividades, era um prédio de quatro andares, localizado no centro da cidade, e que contava com uma grande movimentação diária. Nos primeiros anos de existência, a CEI tinha uma configuração formada por departamentos e subdivisões. Seguindo certa hierarquia, tinha um presidente geral, um tesoureiro, além de secretarias de cultura e de educação, no entanto, existiam departamentos autônomos. Angola, por exemplo, tinha sua administração, assim como Moçambique. Os estudantes agrupavam-se de acordo com seu país de origem, e havia a administração central, que reunia presidentes de todas as seções.

As atividades eram divididas em direções gerais, de modo que foram criadas a direção dos serviços de cultura e propaganda, a direção dos serviços de intercâmbio, a direção dos serviços de informação e estatística, a direção dos serviços de desporto e educação física e a direção dos serviços de procuradoria e assistência. Foi instituído, ainda, um centro acadêmico de estudos ultramarinos.

Em sete meses de existência da Casa, os altos gastos entre as secções causaram desapontamentos e, por isso, foi realizada uma assembleia geral, quando, após escutar críticas sobre sua administração, o então presidente, o estudante angolano Alberto Marques Mano Mesquita, primeiro presidente da CEI, deixou o cargo. Novos sócios chegavam e diversas atividades foram criadas. A Casa assumiu uma função social, já que, além de ter cantina e um hospital improvisado, servia, ainda, refeições para a comunidade carente. No entanto, como os jovens intelectuais podiam silenciar ante a política colonial e, ainda, serem favoráveis à dura ditadura salazarista, sabendo que suas famílias, na colônia, sofriam violações históricas? Diante disso, com um pensamento voltado à sócio-crítica, o projeto CEI começou a orientar-se contra o propósito inicial salazarista. Ali Mazrui, em *História Geral da África*, é categórico ao referir-se à relevância da Casa como espaço de resistência:

Durante os anos 1950, Neto, Cabral e Mario de Andrade organizaram secretamente um Centro de Estudos Africanos cujo ambicioso objetivo consistia em promover o estudo dos povos negros colonizados, especialmente através do estudo e da promoção da criação literária africana. O ramo literário desta empreitada era a Casa dos Estudantes do Império. Em 1951, duas obras foram

publicadas sobre a criação literária – Linha do Horizonte, de Agualdo Fonseca (Cabo Verde) e a antologia Poesia em Moçambique, sob a direção de Orlando de Albuquerque e de Victor Everisto. Entre os vinte e cinco mais célebres escritores de Moçambique representados na obra figuravam Orlando Mendes, Noémia de Sousa e Fonseca Amaral. A arte e a militância, uma vez mais, encontravam-se e atuavam em conjunto. O regime de Salazar, reagindo ao anti-imperialismo militante da África no pós-guerra, fechou a Casa dos Estudantes do Império, interditando-a desde 1952 até 1957. Em 1957, após o seu renascimento, esta instituição enfrentou regularmente as autoridades, antes de ser banida em definitivo, no ano de 1965. (2010, p. 675)

Embora o desejo de mudar a realidade de toda uma sociedade oprimida existisse, nem todos acreditavam que as possibilidades de sucesso da revolução fossem reais. A maioria dos moradores da Casa inteirava-se cada vez mais da situação político-social de sua terra e não era favorável à colonização e a seu regime violento e deslocado, pois queria ver sua nação liberta, como um país autônomo.

Ao longo dos anos da sua existência, a Casa dos Estudantes do Império desenvolveu a par duma profícua actividade no campo social, desportivo, e recreativo, um trabalho intensivo no domínio da divulgação da cultura dos territórios coloniais. E no desempenho de todas essas tarefas criaram-se laços de profunda amizade e uma consciência nacional, sobretudo angolana e moçambicana, que não admitia exclusão de ninguém. A Casa era uma associação politicamente neutra por força estatutária, mas de esquerda por força da acção política dos seus dirigentes. Multirracial na sua composição étnica e nos ideais de sociedade. (FARIA, 1997, p.51)

181

Parte significativa dos moradores da CEI foi responsável pela revolução acontecida na África colonizada por Portugal. Simultaneamente às lutas de libertação, foi revolucionado o constructo ficcional, cultural e imagético da arte e das literaturas produzidas nos territórios resistentes. Com isso, pode-se afirmar que a Casa dos Estudantes do Império transgrediu as expectativas de sua criação, pois passou de um simples espaço instituído sob a perspectiva ideológico-governamental a um lugar de descobertas, organização e libertação nacional, apontando a necessidade de emancipação do sujeito colonizado, aspiração maior a que os seres humanos almejam ainda mais quando são partícipes/pertencentes às comunidades historicamente despossuidoras e privadas de seu próprio imaginário, como observa Bhabha (2007). A CEI representou uma utopia possível de ser alcançada, um novo começo àqueles que já estavam desacreditados e acostumados à realidade imposta.

Foi nesse espaço que as literaturas da África escritas em língua portuguesa fortaleceram-se. Entre 1948 e 1975, surgiu o movimento literário anticolonial, o qual permitiu cerzir identidades fragmentadas durante anos de colonialismo e dar-lhes uma ideia de inteireza de sentido, escapando à caracterização arquetípica da literatura vigente. Isso se deu justamente com a literatura dos jovens escritores em ascensão, como Craveirinha, Luandino Vieira, Noémia de Souza e Pepetela, a qual passou a ser usada como forma de denúncia da vida colonial, da ditadura e, ainda, como forma de libertação, dando voz a quem por muito tempo estava obrigado ao silêncio, trazendo ao centro aqueles que antes ocupavam a margem. Essa literatura passa, então, a apresentar personagens que simbolicamente representam os povos em luta contra o colonialismo português, a exemplo de *As aventuras de Ngunga*, primeiro livro de Pepetela, cujo protagonista é um menino angolano participante da guerra. Tais obras sedimentam um sistema literário a partir da margem, e, ao largo da história, efetivam a instauração de uma materialidade ficcional que rediz o cânone metonímica e metaforicamente, criando, se pensarmos em Benjamin Abdala Jr. (2010), uma nova caligrafia literária e histórica dos países colonizados.

Dessa forma, a partir da década de 1940, reforçou-se, em Angola, a ideia e a necessidade de acabar com o jugo do império português, além do rompimento com padrões estéticos europeus, que apresentavam “como exóticos os traços que conferiam ao corpo cultural angolano a sua própria diferença e davam sentido ao modo de os sujeitos culturais estarem no mundo” (PADILHA, 2006, p. 117). Essa fase é de extrema importância para a história de África, pois, a partir disso, os países africanos colonizados por Portugal empreenderam uma longa caminhada (1960 – 1975) até conquistarem suas independências e se construírem como nação. Ao passo que as lutas de resistência anticolonial foram dando forma às nações sonhadas, engendrou-se um processo que tornou possível “a criação de uma literatura fundada em moldes próprios pela qual se viabilizasse a encenação do imaginário local, sempre levados em conta os traços de suas múltiplas faces etno-culturais e suas diferenças linguísticas” (PADILHA, 2006, p. 118).

Essa ressignificação simbólica funcionalizou uma estética ficcional contrária à do século XIX, influenciando o movimento organizado de libertação, o qual se intensificou justamente por meio das discussões acerca da situação das populações negras. Como explica Padilha (2006, p. 119), “uma diáspora negra que, mesmo antes da segunda guerra, se vinha empenhando, de modo cada vez mais organizado, em lutar pelos seus direitos de cidadania, sempre barrados pelo modo racista de o ocidente ver e lidar com as diferenças”.

Foi nesse ponto, portanto, que a escritura ganhou força, pois, através da publicação de poemas e de outros textos, os africanos das colônias portuguesas deram voz ao sentimento anticolonial. Francisco José Tenreiro e Mário de Andrade tiveram expressiva contribuição, elaborando a coletânea intitulada *Poesia negra de expressão portuguesa*, publicada na *Antologia da poesia negra e malgaxe*.

Ao voltar os olhos para episódios históricos, percebe-se que a Segunda Guerra Mundial teve papel importante para o fim do período colonial, trazendo, para africanos que retornavam aos seus países, as visíveis consequências desse conflito. As colônias portuguesas na África foram ainda mais prejudicadas pela iminência do colapso político-econômico da metrópole, o que intensificou o sentimento nacional de mudança e de luta contra o sistema ditatorial salazarista. Nessa fissura histórica, a literatura contribuiu para a revalorização dos traços culturais da população nativa. Entretanto, deve-se ressaltar

[...] a importância histórica da apropriação, pelos angolanos [*e de todos sujeitos pertencentes às colônias portuguesas*], da letra impressa, antes apenas um bem simbólico de domínio dos agentes brancos da colonização. Essa apropriação torna-se possível e/ou se faz uma decorrência quase natural da chamada “crise do sistema colonial”, acirrada pela perda do Brasil em 1822 e pela necessidade político-econômica de se mudar a direção do olhar colonial, que passa a ter a África como principal alvo (PADILHA, 2006, p.121). Grifo e adendo dos autores.

183

A criação, em 13 de setembro de 1845, do *Boletim Geral da Província de Angola* estabeleceu um novo meio de comunicação para os escritores angolanos, sendo considerado o primeiro jornal do país, introduzindo, assim, a imprensa naquele espaço social. A publicação possibilitou a pulverização das vozes da resistência que antes não tinham a oportunidade de ecoar midiaticamente. Ademais,

as obras produzidas pelos então chamados angolenses no século XIX revelam que, se não há ainda uma proposta de ruptura com os modelos estéticos europeus, já se faz significativa a presença de um núcleo imagético da terra, pelo qual se começa a cartografar uma diferença, seja no que tange ao local onde os textos se erigem – de modo mais abrangente em Angola –, seja no que diz respeito aos sujeitos artísticos que os elaboram, assim como as línguas autóctones que começam a ‘sangrar’ a portuguesa. (PADILHA, 2006, p. 122)

A materialidade ficcional, nesse período, foi além do estágio reivindicatório, pois, com sua forte influência, passou a adentrar no plano da revolução. Ainda, a respeito da Segunda Guerra, é importante destacar que as potências colonialistas, os colonizadores e

os centros do poder enfraqueciam-se devido às intensas derrotas. Isso contribuiu, de certa forma, para algumas colônias reivindicarem, anos mais tarde, seus espaços, inspirados na revolução liderada por Abdal Gamal Nasser, no Egito. No universo lusófono, com a crise na metrópole, devido aos atrasos econômicos, a políticas sociais atrasadas não condizentes com as necessidades do povo e, também, às deficiências infraestruturais, as tentativas de resistência anticolonial organizada resultaram na intensificação da ditadura de Salazar, fazendo com que o governo se empenhasse em ter o controle direto das colônias, onde a vida se tornou ainda mais dura e cruel. Com esse movimento político, a distância entre Pequena Casa Portuguesa e as nações colonizadas acentuou-se.

Surgiram, mais intensamente em 1961, as lutas de libertação nacional, tendo em Mário de Andrade um de seus líderes mais significantes. A literatura, a essa altura, já era uma grande aliada das sociedades colonizadas por Portugal e colocava-se, escancaradamente, a serviço e à disposição da guerra anticolonial, embora já estivesse engajada nos movimentos de libertação desde os anos 40 e 50. Laura Padilha observa que as produções

literárias, acumpliciadas com esse desejo de implodir o colonial vão por em xeque os valores brancos que sustentavam a expressão artística desse mesmo colonial e, em consequência, se faz aberta e declaradamente, anticolonial. Empenham-se, por isso mesmo, elas também, em destruir a base ética que dava sustentação aos textos anteriormente produzidos. Avulta, assim, uma fala ficcional em diferença, tanto no que concerne à expressão poética, quanto no que respeita às produções em prosa. (PADILHA, 2006, p. 124)

Viriato da Cruz, ao conceber a coletânea *Poemas*, entre 1947 e 1952, representa essa nova fase da literatura, na qual se descartam os valores estéticos coloniais em favor da cor local. Nessa movência cultural, o centro da escritura literária foi aos poucos habitado pelas “vozes” da terra, antes silenciadas. O cenário apresentado está vinculado à vida do negro e a seus hábitos, exaltando suas qualidades e a forma coletiva de fixação dos costumes, por meio de novas formas de representação cultural e linguística. A intenção dos escritores com sua escrita era resgatar os valores da terra nas sociedades subjugadas por Portugal, rompendo, dessa forma, os silêncios que os cercavam, estabelecendo uma funcionalidade da literatura que traz à tona o que, mais tarde, Jim Sharpe vai eternizar em seu ensaio *A história vista de baixo* (1998): a revisão da oficialidade histórica e o protagonismo do marginalizado. Laura Padilha observa que “o processo de resgate das múltiplas faces identitárias angolanas, assim, elididas, leva, ainda, os produtores textuais a se

voltarem para o passado em busca de nele encontrarem a própria semente do futuro a ser construído” (PADILHA, 2006, p.126).

Ocorre que o resgate do passado fez surgir, entre 1950 e 1960, o que a autora denomina “acontecimentos de ordem irruptora”, ou seja, movimentos literários que visam à exaltação da África e à conscientização do novo sujeito africano em construção. Como consequência dessa realidade artística inovadora, o movimento anticolonial ganhou mais força. Nesse sentido, a criação, em 1948, do *Boletim Mensagem* fez com que essa consciência nacional fosse elevada a outro patamar. Ele é considerado, por historiadores e estudiosos que se debruçam sobre o tema, uma das mais importantes produções surgidas nesse período devido a seu papel de modificador social. Ademais, é notório que, entre 1948 e 1961, as formas de expressão que traziam as diferenças à tona tiveram certa circulação, tanto em Angola quanto na metrópole, o que pode ser comprovado pelas diversas ações dos moradores da CEI.

Após 1961, contudo, a história modificou-se devido às lutas de libertação acentuarem-se: a literatura africana entrou em um período de silenciamento e apagamento das vozes da África. Isso se comprova, quando, “em 1965, *Luanda* recebe o prêmio da Sociedade Portuguesa dos Escritores, prêmio que é tirado de Luandino, quando os órgãos de segurança metropolitana ficam sabendo quem ele é” (PADILHA, 2006, p.129).

Pensando na importância da Casa e em tudo o que ela representa, não só para os escritores que por lá passaram, mas, também, para a sociedade portuguesa, como signo de democracia em momento historicamente conturbado, a CEI tem hoje um lugar de memória resguardado, uma memória simbólica e, ao mesmo tempo, material. Em que pese à discrição arquitetônica borrada pelo urbanismo lisboeto-cosmopolita e a Casa passe despercebida, ela existe, está lá, no mesmo lugar, exercendo – guardadas as devidas particularidades – a função de espaço democrático de outrora.

No resgate dessa memória, a literatura evoca as memórias, as lembranças de um passado que se faz presente e serve, ainda, como um acervo, em que vivências reais e fictícias se misturam e, com isso, recontam o passado marcado por tristezas e lutas, mas, sobretudo, por vitórias e novos projetos, novas utopias. Tratando-se do “projeto CEI”, é evidente que identidade e memória vêm à tona e relacionam-se. Não se pode falar em identidade se a trajetória do espaço é desconhecida. A memória, contudo, faz esse papel de (re)lembrar, seja simbólica ou materialmente, através de um processo de reconstrução,

pois é a lembrança um pedaço ínfimo do vivido, que faz decolar sonhos de liberdade permanentes e leva o ator social à assunção desejada.

2 Boletim *Mensagem*: da utopia à libertação

Em palestra realizada no *V Encontro de Professores de Literaturas Africanas e I encontro da AFROLIC*⁴, Frederico Alves Matos Cabral, escritor e estudante guine-bissauense, retratou algumas realidades da literatura africana na atualidade. Reiterou a necessidade da escrita como forma de recuperação da memória, mostrando, com isso, a importância da literatura nesse contexto. Referiu-se, ainda, à relevância do fazer ficcional e do poético como veículos de aproximação do povo com sua história, principalmente no que tange ao resgate de valores, de certa forma, perdidos, devido ao afastamento cultural promovido pela empresa colonial ao longo dos anos.

Escritores africanos de língua portuguesa têm se debruçado sobre o intento de resgate histórico e identitário de seus países, em especial após suas independências na década de 70. Apesar da diversidade temática que marca as obras, a desarticulação da linguagem e a valorização dos aspectos locais fazem-se presentes, e a ficção é empregada para retratar a realidade, denunciando as aporias, além de resgatar a memória, de modo que seu arranjo simbólico verossímil ressignifica a realidade da ossatura social. Para Marson,

a ficção é um recurso privilegiado para a (re)produção da memória de uma comunidade, particularmente quando aborda episódios e figuras históricas importantes para a construção da trajetória dessa comunidade'. Este privilegiamento pode ser reconhecido nas várias modalidades de liberdade que a obra de ficção pode desfrutar. A primeira delas é a liberdade de criação que o autor de ficção tem como traço essencial de seu trabalho. A segunda, um desdobramento desta primeira, é a liberdade que o ficcionista dispõe para utilizar qualquer informação que achar pertinente para compor essa memória, condição *sine qua non* para o extravasamento de sua criatividade. A terceira, ainda decorrente das duas outras, nos remete à liberdade do autor em recorrer a diferentes formas de expressão para materializar o enredo ficcional veiculador dessa memória: texto, poema, canto, imagens, liberdade, que lhe permite atingir um público muito mais amplo do que outras narrativas. A quarta é a liberdade que o público consumidor dessa narrativa também desfruta na decodificação e incorporação do enredo ficcional. Pode-se, considerar que, tendo a possibilidade de ser, ao mesmo tempo, entretenimento, alimento para o imaginário e veículo de aprendizagem, a ficção é recurso que, num mesmo ato, preserva e transfigura a memória das comunidades, registrando o percurso de suas temporalidades. (MARSON, 2010, p.34)

⁴ O V encontro de professores de literaturas africanas e o I encontro da AFROLIC ocorreram em Porto Alegre, entre os dias 5 e 8 de novembro de 2013.

Guardadas as devidas proporções, o que foi exposto pelo escritor, já constava nos dois primeiros números do *Boletim Mensagem*, publicados respectivamente em julho e setembro de 1948, na palestra de Alda Lara, intitulada *Os colonizadores do séc. XX*; no artigo *O movimento feminista na Índia contemporânea*, de Ricardo Fernandes; ou, ainda, nos textos *Figuras da história angolana*, de Correia de Sá, e *Breves considerações sobre o mestiço*, de Seabra de Azevedo.

Se, antes do início da colonização, era apresentada de forma oral, com base em narrativas mitológicas, que traziam um efeito de sentido prático para o cotidiano das sociedades autóctones, a escritura literária, nesse contexto surgente, de acordo com Laura Padilha (2007), é constituída ainda pela tradição oral, a fim de “tentar manter a memória dos grupos em que há o registro escrito, e com isso, manter sua face simbólica”. Contudo, na metade do século XX, com a crudelização do sistema colonial, a malha imagético-ficcional passou a evidenciar o período e a contingência histórica da África lusófona. Padilha afirma ainda que

as literaturas contemporâneas africanas insistem, por sua vez, em reforçar seu conteúdo ideológico, marca da oralidade, operando, assim, com o conteúdo sócio-político-cultural [...]. E para reforçá-lo ainda mais, buscam, com o manancial oferecido pela voz, criar um corpo literário em diferença. (PADILHA, 2007, p. 72)

As marcas da oralidade nesses textos literários reforçam a situacionalidade do sujeito cuja realidade é marcada pela fragilidade do pós-guerra. Nesse espaço gestor de imagens, os escritores abordam, de diferentes maneiras, as vivências do povo africano, sua cultura, sua história, bem como a permeabilidade da língua portuguesa no arranjo simbólico da trama discursiva que recupera a cultura e as manifestações artísticas nativas. Assim, essa literatura aproxima-se de seu leitor, pois este se vê representado na diegese, podendo se reconhecer e criar laços de identificação.

O fazer literário, desse modo, foi redimensionando espaços e introduzindo-se de forma especial na vida do africano seja retratando a tradição e o constructo de seus aspectos, seja falando da realidade dura e crua. Sempre esteve ligada diretamente à história africana, uma vez que o que perpetua o patrimônio cultural da África não é a nacionalização da história, mas o registro de sua produção cultural que é o suporte das tensões do imaginário.

A partir dessas considerações e recuperando a ideia de que o patrimônio cultural se torna evidente desde a sistematização orgânica do consumo da cultura, pode-se pensar na funcionalização da Casa dos Estudantes do Império, onde havia encontros para discutir a literatura, a cultura e a condição sócio-política do sujeito colonizado. De um lado, muitos moradores da CEI escreviam em gêneros diversos, como crônica, poesia e narrativas, como se tem marcado em todos os números da publicação, em especial, nos números 13, de janeiro de 1952, e 3, de março de 1960. De outro, produziam também textos de denúncia do governo, impressos e distribuídos entre os moradores da Casa e da própria sociedade lisboeta. Essa iniciativa foi sistematicamente censurada pela PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado –, que controlava todas as atividades desenvolvidas naquele espaço.

Com o intuito de divulgar os trabalhos da Casa e de atingir a metrópole, a *Mensagem* tinha uma tiragem quinzenal e era organizada e editada pelos moradores. Na publicação, os autores expressavam seus posicionamentos político-ideológicos e divulgavam acontecimentos da CEI e da sociedade em geral, escrevendo editoriais que invariavelmente abordavam questões cruciais em voga. O editorial era, pois, contundente quanto à sua orientação política:

Enquanto não puder ser satisfeito o nosso desejo de publicar uma revista, uma verdadeira revista, perfeita na forma e no conteúdo, que leve ao Império a mensagem intelectual dos seus estudantes, resolveu a Direção-Geral distribuir, por intermédio dos Serviços de Cultura, este Boletim que, em princípio, não é mais do que o relato quinzenal das actividades da Casa: - noticiário da Sede, avisos, convocatórias das Direcções das Secções, etc., formarão a matéria-prima do Boletim. (MENSAGEM, 1948, p.1)

Escritores não residentes da CEI também publicavam seus textos, o que se comprova quando os organizadores afirmam contar “com a colaboração de todos (os trabalhos poderão ser entregues na Biblioteca, à empregada, todos os dias úteis, das 18h30min às 20 horas)” (MENSAGEM, 1948, p. 1).

Essa cadência de veiculação de ideias e de contemplação crítica do cenário social pela palavra escrita dá-se devido à realização de diversas atividades, principalmente culturais, como bailes, festas, saraus e encontros literários, mas também palestras e seminários que visavam à discussão dos acontecimentos nos territórios coloniais e dos problemas sociais da metrópole. Por essa razão, necessitavam de uma divulgação periódica e sistemática desses textos, os quais eram submetidos sob forma de resumo à *Mensagem*. Os exemplares, contudo, eram escondidos dos serviços oficiais de cultura, pois o conteúdo fazia significativas críticas ao governo de Portugal.

Carlos Eduardo, assíduo defensor dos ideais da CEI, por exemplo, publicou, em agosto de 1962, um artigo acerca intitulado *A propósito da moderna música popular angolana*, que se originou dos saraus da CEI. Outros assuntos, como os abordados no texto *A literatura negra e seus problemas*, da angolana Alda Lara, e dos diversos poemas de Luandino Vieira, Viriato da Cruz e Craveirinha, foram publicados. Novos escritores eram, por intermédio da *Mensagem*, apresentados à sociedade, como Fernando de Bittencour, tema da introdução de uma edição do boletim, cujo editorial o apresenta assim: “Apresentamos hoje um jovem poeta moçambicano, Fernando de Bittencour, que há pouco tempo publicou na coleção ‘cadernos do sul’, dum grupo de estudantes de Moçambique, em Coimbra, um livro de poemas” (MENSAGEM, 1948a, p.1). O *Boletim* caracterizava-se, de fato, como a materialidade de um discurso que, nesse momento da História, não podia mais ser ignorada e as vozes que a compunham, silenciadas.

Considerações finais

A criação do boletim, logo, foi de suma importância para que os sujeitos envolvidos compreendessem a si mesmos e para o despertar da sociedade através da escritura. De imediato, membros da CEI fizeram dela um espaço democrático, ativo e com propósitos claros. António Faria afirma que,

para além da formação circum-escolar – para usar o termo da época – a Casa dos Estudantes do Império proporcionou o grau de consciência cultural, política e cívica, para o estabelecimento de bases de trabalho julgadas necessárias à futura organização de cultura e memória. Esta perspectiva era nacionalista, nacional e solidária, de cada um com os restantes países. (FARIA, 1997, p.49)

O periódico não serviu unicamente como registro de pensamentos e ideias, apresentava sonhos, realidades e vivências de um período até hoje lembrado. Pulverizadas nas publicações, há as digitais de um tempo e memórias de cada sujeito que se constituiu escritor, fazendo com que jamais fossem olvidadas vivências dolorosas da ditadura salazarista e intolerâncias político-raciais. Para esses intelectuais,

Escrever significava mais do que dar corpo a ideias ou sensações, sentimentos ou projectos, mas simplesmente *existir*. Quem escrevia existia. Existia como ser humano, porque passava a ter identidade e era um referente, fosse qual fosse a natureza do conteúdo ou a aparência da sua forma. (FARIA, 1997, p.56)

A *Mensagem* desempenhou vital exercício sócio-político, já que estabeleceu canais para que as informações chegassem aos ouvidos do povo, emergindo das fissuras da

história, marcada pelo colonialismo cruel, violento e esfacelador do imaginário africano. Ela representa, pois, a nova sociedade, que criou coragem de reivindicar seus direitos, buscar sua autonomia e lutar por aquilo em que acreditava. Por seu intermédio, a repressão foi erosionada pela força de novas vozes, movidas por anseios de mudanças.

O boletim foi, de fato, reconhecido em sua devida importância, pois, por muito tempo, havia sido visto como negativo e sem valor. Nesse sentido, outras investigações acerca do seu papel, bem como do conteúdo veiculado, sempre em cotejamento com estudos da História, podem e devem ser engendradas, a fim de lançar luz sobre as reflexões e ações da intelectualidade sediada na CEI. A *Mensagem* representa, assim, a própria possibilidade de existência dos estudantes africanos em Portugal, assumindo, com isso, uma função ontológica. Escrever para ser considerado, respeitado, lembrado e para que as estruturas opressoras da política colonial não os lançassem em uma afasia histórica. O movimento semântico-social evidente no percurso da CEI e de suas publicações é um movimento de oxigenação do corpo social oprimido, uma corporeidade que agora escreve para respirar!

190

ABSTRACT: The article highlights the importance of the Casa dos Estudantes do Império, in Lisbon, which, in the 40's of the twentieth century, enabled the reunion of students from the Lusitanian colonies. In that place, through the literature published in the *Boletim Mensagem*, a series of cultural and literary movements, which later turned into anti-colonial resistance movements, were organized. This paper resorts to reflections provided by Manuel Ferreira, Cláudia Castelo, Laura Padilha, Jane Tutikian, Rita Chaves e Tânia Macêdo to develop the proposed theme.

Keywords: Empire Students House (CEI). *Mensagem*. Anti-colonial resistance.

REFERÊNCIAS

ABDALA JÚNIOR, B. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática, 2010.

CANÊDO, Letícia Bicalho. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual, 1994.

CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. In: *Mensagem*. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

FARIA, Antonio. *Linha estreita da liberdade*. A Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Colibri, 1997.

FERKISS, Vicor C. *África: um continente à procura de seu destino*. Rio de Janeiro: GRD, 1967.

Revista *Literatura em Debate*, v. 9, n. 17, p. 177 – 191, dez. 2015. Recebido em: 30/09/2015 Aceito em: 20/12/2015

FERREIRA, Manuel. *Literatura africana de expressão portuguesa - II*. Portugal: Bertrand Venda Nova, 1977.

GALEANO, Eduardo. *Las palabras andantes*. Argentina: Catálogos, 1993.

MARIANGELO, Célia Regina. A geração da utopia. In: CHAVES, Rita. MACÊDO, Tânia (Org). *Portanto... Pepetela*. São Paulo: 2009.

MARSON, Izabel Andrade. Obras de ficção revelam características de momento histórico. 2010. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/entrevistas/2004/10/entrevista2.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

MAZRUI, Ali A; WONDJI, Christophe. *História geral da África, VIII: África desde 1935*. Brasília: UNESCO, 2010.

MENSAGEM. Circular da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Jul. de 1948a.

MENSAGEM. Circular da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Set. de 1948b.

MENSAGEM. Circular da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Jan. de 1952.

MENSAGEM. Circular da Casa dos Estudantes do Império. Lisboa: Mar. de 1960.

PADILHA, Laura Cavalcante. O movimento programático do anticolonial no âmbito da literatura angolana. *Revista Veredas*, Porto Alegre, n.7. 2006.

_____. *Entre voz e letra – o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: LeYa, 2013.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.3. 1989.

_____. Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.10. 1992.

RIBEIRO, Dario. Da conquista europeia à descolonização. In: VISENTINI, Paulo G. Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Ana Lúcia Danilevicz. *Breve história da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico: a África e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

TUTIKIAN, Jane. *Velhas identidades novas: o pós-colonialismo e a emergência das nações de língua portuguesa*. Porto Alegre: Sagra, 2006.